

11 SET 1977
O GLOBO

Sarney pode levar Nunes à Justiça

SÃO LUÍS (O GLOBO) — O Senador José Sarney (Arena-MA) confirmou ontem que, se verificar pelos documentos oficiais da Câmara, que o Governador Nunes Freire realmente o acusou de ocupar ilegalmente a área do Estado, o levará à Justiça por falso testemunho e calúnia.

Nunes Freire afirmou na CPI do sistema fundiário que "a área hoje reclamada pelo Senador José Sarney nunca foi alienada pelo Estado a qualquer pessoa". Acrescentou que "os limites iniciais da área de posse de José Sarney eram 300 hectares, posteriormente aumentados, através de demarcação, para 5 700 hectares", e, ainda, que "mesmo sem ter obtido a legitimação da terra, o Senador José Sarney já obteve três milhões de cruzeiros de financiamento para aquisição de gado, a ser criado na posse."

Para o Senador José Sarney, "isto não passa de uma deslavada mentira", porque ele comprou a área no município de Santa Luzia, a José Ribeiro Salomão, "pessoa idônea e respeitada".

— A pessoa mais envolvida com terras no Maranhão é Nunes Freire, com processos em várias comarcas, inclusive atualmente questionando com a Funai por se considerar proprietário de gleba dentro de reserva indígena — disse José Sarney, acrescentando não ter nenhum requerimento de terra do Estado e não haver obtido nenhum financiamento ilegal:

— Não levantei nenhum financiamento que tenha por garantia qualquer terra pública.

O presidente do diretório regional do MDB, ex-Deputado federal Freitas Diniz, que também prestou depoimento na CPI da Câmara, acha que o Governador está comprometido. Lembrou que quando o Secretário do Interior e Justiça, José Pires Saboya, era o responsável pela condução da política fundiária do Governo Nunes Freire, a Oposição, por seu intermédio, veio a público apoiar as medidas que então se preconizavam: o cancelamento de todas as transações imobiliárias.

Uma comissão especial, presidida pelo Secretário do Interior e Justiça e designada pelo Governador Nunes Freire para estudar o problema das terras devolutas, chegou a esta conclusão: "O nosso parecer é no sentido de que o Governo deve sustar a autorização de concessão de títulos de propriedade de terras do Estado até que seja feita uma revisão global de todos os critérios das atividades do Departamento de Desenvolvimento Agrário — DDA, no que tange à distribuição de terras devolutas do patrimônio do Maranhão."